

**PAULO QUEIROZ**

Membro do Ministério Público Federal

site: [www.pauloqueiroz.net](http://www.pauloqueiroz.net)

# **CURSO DE DIREITO PENAL**

PARTE  
GERAL

**11ª EDIÇÃO**

**REVISADA, AMPLIADA E ATUALIZADA**

**2015**



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

**Diagramação:** Couto Coelho (coutovsk@yahoo.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# ► SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR.....	23
--------------------	----

## PARTES I

### Fundamentos do Direito Penal

| 01 |

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>29</b>
1. Conceito de direito penal.....	29
1.1. Relação entre Direito Penal e Direito Processual Penal.....	32
1.2. Conceito de Direito: limites de um conceito.....	35
1.3. Conceito de Direito: o Direito não existe.....	39
1.4. Leis são necessárias?.....	49
1.5. Direito e arte.....	51
1.5.1. Direito: uma ficção?.....	52
2. Direito penal, criminologia e política criminal.....	55
2.1. Direito penal e política criminal: há distinção realmente?.....	56
3. Direito penal e controle social.....	60
4. Direito penal e moral.....	61
4.1. Deus e o Direito.....	63
5. Caráter subsidiário do direito penal.....	66
6. Caráter fragmentário do direito penal.....	68
7. Ilícito penal e ilícito não penal.....	68
8. Legislação especial.....	69
9. Sobre a legislação em vigor.....	69
10. Contagem dos prazos penais e processuais penais.....	70

| 02 |

<b>PRINCÍPIOS PENAIS.....</b>	<b>73</b>
1. Introdução.....	73
1.1. Bem jurídico.....	74
2. Princípio da legalidade e irretroatividade da norma penal mais severa. <i>Nullum crimen, nulla poena sine praevia lege</i> .....	76
2.1. Princípio da taxatividade (certeza ou determinação).....	77
2.2. Princípios da anterioridade e da irretroatividade da lei penal.....	78
2.3. Leis penais em branco e princípio da reserva legal.....	79
3. Princípio da proporcionalidade (em sentido amplo).....	82

3.1. Princípio da necessidade ( <i>nullum crimen, nulla poena sine necessitate</i> )...	83
3.2. Princípio da adequação (ou exigibilidade ou idoneidade).....	84
3.3. Princípio da proporcionalidade das penas (proporcionalidade em sentido estrito).....	85
3.4. O princípio <i>ne bis in idem</i> .....	85
3.5. Princípio da insignificância .....	86
4. Princípio da humanidade .....	90
5. Princípio da responsabilidade pessoal ou de culpabilidade .....	93
6. Princípio de lesividade (ou ofensividade) .....	95
7. Princípio da igualdade (ou isonomia) .....	96
8. Direito e Interpretação.....	99
8.1. Introdução.....	99
8.2. Interpretar é compreender e argumentar.....	102
8.3. O chamado círculo hermenêutico.....	103
8.4. Limites da interpretação.....	109
8.5. Interpretação e garantismo .....	111
8.6. Prevalência da Constituição .....	112
8.7. Existe a resposta juridicamente correta? .....	113
8.8. Direito e analogia .....	118
8.9. Analogia e interpretação analógica? .....	120
9. Concurso de tipos penais ou conflito aparente de normas .....	122
9.1. Introdução.....	122
9.2. Princípio da especialidade.....	124
9.3. Princípio da subsidiariedade .....	125
9.4. Princípio da consunção ou absorção .....	125
9.4.1. Crime complexo ou composto.....	127
9.4.2. Crime progressivo e progressão criminosa em sentido estrito .....	127
9.5. Primazia do princípio da especialidade.....	128

[03]

<b>A LEI PENAL NO TEMPO</b> .....	129
1. Princípio da legalidade e consectários lógicos: anterioridade e irretroatividade da lei penal mais severa .....	129
1.1. Introdução.....	129
2. Hipóteses de irretroatividade.....	130
2.1. Neocriminalização ( <i>novatio legis</i> incriminadora) .....	130
2.2. Lei nova mais severa ( <i>novatio legis in pejus</i> ).....	130
2.3. Irretroatividade da jurisprudência? .....	131
3. Hipóteses de retroatividade .....	132
3.1. Descriminalização ( <i>abolitio criminis</i> ).....	132
3.1.1. <i>Abolitio criminis temporalis</i> ? .....	133

3.2. Lei penal mais branda ( <i>novatio legis in melius</i> ).....	133
4. Combinação de leis penais ( <i>lex tertia</i> )? .....	134
5. Sucessão de leis penais: a lei intermediária.....	136
6. Lei temporária e excepcional.....	136
7. Irretroatividade da lei processual .....	137
8. Irretroatividade da Lei de Execução Penal.....	139
9. Leis penais em branco .....	140
10. Aplicação da lei e <i>vacatio legis</i> .....	141
11. Tempo do crime .....	141

[04]

<b>A LEI PENAL NO ESPAÇO</b> .....	145
1. Introdução .....	145
2. Conceito de território.....	146
3. Lugar do crime .....	146
4. Extraterritorialidade .....	147
5. Pena cumprida no estrangeiro .....	148
6. Eficácia da sentença penal estrangeira .....	148
7. Imunidade diplomática .....	149
8. Extradicação.....	150
8.1. Extradicação x entrega.....	151

## PARTE II

### Teoria do delito

[01]

<b>INTRODUÇÃO GERAL</b> .....	155
1. Conceito e instrumentalidade da teoria do delito.....	155
1.1. Crítica da razão técnico-jurídica .....	159
2. Funcionalismo (sistema racional-final, teleológico ou funcional).....	163
3. Evolução da teoria do delito: causalismo, finalismo e funcionalismo.....	166
3.1. Introdução.....	166
3.2. A teoria causal da ação (causalismo ou naturalismo).....	166
3.3. A teoria final da ação (finalismo) .....	167
3.4. Funcionalismo .....	168
4. Responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	170
4.1. Responsabilidade penal da pessoa jurídica no STJ .....	175
4.2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica no STF .....	177

[02]

<b>CONCEITO DE CRIME</b> .....	179
1. Introdução .....	179

1.1. Posse de droga para consumo pessoal: descriminalização ou despenalização?.....	180
2. Conceito doutrinário de crime.....	181
3. Conceito analítico de crime.....	183
3.1. Tipicidade.....	184
3.1.1. Expansão do conceito de tipicidade.....	184
3.2. Ilícitude.....	185
3.3. Culpabilidade.....	186
3.4. Relação entre os conceitos definitorial e analítico de crime.....	186
3.5. Elementos não valorativos do tipo?.....	187

**|03|**

<b>EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE TIPO.....</b>	<b>189</b>
1. Sistema tripartido: o tipo como indicio de antijuridicidade.....	189
2. Sistema bipartido: a teoria dos elementos negativos do tipo.....	190
3. Posição aqui adotada: teoria dos elementos negativos do tipo (sistema bipartido).....	191
4. Teoria da tipicidade conglobante.....	193
5. Para uma configuração monista-funcional da teoria do delito.....	195
5.1. Culpabilidade como exigibilidade, tendo em vista os fins de prevenção geral e especial.....	195
5.2. Ainda o conceito analítico: o que há em comum e distinto entre as várias excludentes?.....	201

**|04|**

<b>CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES.....</b>	<b>207</b>
1. Crimes dolosos, culposos e preterdolosos.....	207
2. Crimes materiais, formais e de mera conduta.....	208
3. Crimes comissivos, omissivos próprios e omissivos impróprios.....	209
4. Crimes comuns e especiais.....	210
5. Crimes principais e acessórios.....	210
6. Crimes instantâneos, permanentes e de estado.....	211
7. Crimes simples e compostos ou complexos.....	213
8. Crimes de dano e de perigo.....	214
8.1. Constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato.....	216
9. Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	216
10. Crimes de ação única e de ação múltipla.....	216
11. Crimes habituais.....	217

**|05|**

<b>CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA.....</b>	<b>219</b>
1. Introdução.....	219

## SUMÁRIO

2. Teoria da equivalência dos antecedentes causais ou da <i>conditio sine qua non</i> ....	220
2.1. Alcance .....	221
2.2. Interrupção do processo causal .....	221
2.2.1. Causas absoluta e relativamente independentes.....	221
2.2.2. Causas absoluta e relativamente independentes: irrelevância da distinção .....	222
2.2.3. Causa superveniente relativamente independente .....	223
3. Crítica à teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	224
4. Relação causal nos crimes omissivos .....	226
4.1. Crimes omissivos próprios e omissivos impróprios: distinção .....	226
4.2. Causalidade nos crimes omissivos impróprios: requisitos .....	227
4.3. Dolo e culpa nos crimes omissivos .....	230
4.4. Inconstitucionalidade dos crimes omissivos impróprios? .....	231
5. A moderna teoria da imputação objetiva.....	233
5.1. Significado e posição sistemática .....	233
5.2. Conceito de risco permitido .....	234
5.3. Crítica à teoria da imputação objetiva.....	235
5.4. Conclusão .....	237

## |06|

<b>TEORIA DO DOLO</b> .....	239
1. Introdução.....	239
2. Dolo: conceito e elementos .....	242
3. Espécies .....	244
4. Dolo eventual e culpa consciente .....	245
4.1. Dolo eventual e culpa consciente: teorias.....	248
5. Dolo e consciência da ilicitude: dolo normativo versus dolo natural .....	250
5.1. Conceito que adotamos: dolo é <i>dolus malus</i> .....	252
6. Atualidade do dolo.....	255
7. Elementos subjetivos do tipo?.....	255
8. Crime qualificado pelo resultado: preterdolo ou preterintencionalidade .....	257
8.1. Inconstitucionalidade dos crimes qualificados pelo resultado? .....	259
9. Ausência de dolo: erro de tipo .....	260
9.1. Erro de tipo ou erro de proibição? .....	261
9.2. Espécies de erro de tipo: erro inevitável e evitável .....	263
10. Ausência do conhecimento da ilicitude do fato: erro de proibição .....	263
10.1. Conceito.....	263
10.2. Espécies de erro: inevitável e evitável.....	265
10.3. Posição sistemática .....	265
10.4. Desconhecimento da lei e desconhecimento da ilicitude do fato: distinção .....	265
10.5. Objeto da consciência da ilicitude .....	267

10.6. Divisibilidade do erro .....	267
11. Erro sobre causas de justificação (descriminantes putativas).....	268
11.1. Conceito.....	268
11.2. Espécies: erro inevitável e evitável.....	269
11.3. Descriminantes putativas por erro de proibição.....	269
11.4. Posição sistemática .....	269
12. Unificação dos erros .....	271
13. Erro provocado por terceiro.....	274
14. Erro sobre a pessoa ( <i>error in persona</i> ) e <i>aberratio ictus</i> .....	275
14.1. Erro sobre a pessoa e processo penal .....	276
14.2. Crítica da teoria da equivalência .....	277
15. Resultado diverso do pretendido ( <i>aberratio delicti</i> ).....	280

## |07|

<b>TEORIA DO CRIME CULPOSO</b> .....	283
1. Introdução .....	283
2. Excepcionalidade do crime culposo .....	284
3. Conceito de culpa: requisitos .....	284
4. Princípio da confiança .....	287
5. Estrutura do crime culposo .....	287
5.1. Estrutura do crime culposo: excludentes de ilicitude e culpabilidade .....	289
6. Espécies: culpa consciente e culpa inconsciente .....	290
7. Imprudência, negligência e imperícia.....	291
8. Autocolocação em perigo .....	292

## |08|

<b>CONSUMAÇÃO E TENTATIVA</b> .....	295
1. Introdução .....	295
2. Crime consumado: significado .....	295
2.1. Consumação nos crimes materiais, formais, de mera conduta e outros ....	297
3. Consumação e exaurimento .....	297
4. Tentativa: conceito e requisitos.....	298
4.1. Tentativa e dolo eventual: incompatibilidade? .....	299
4.2. Preparação e tentativa: distinção.....	300
4.3. Crimes que não admitem tentativa.....	303
4.4. Punição da tentativa: fundamento político-criminal .....	303
4.5. Tentativa e princípios da ofensividade e proporcionalidade .....	304
5. Desistência voluntária.....	306
6. Arrependimento eficaz .....	307
6.1. Posição sistemática .....	308
7. Tentativa inidônea ou crime impossível .....	308
8. Crime impossível em razão de Provocação de flagrante – Interpretação da Súmula 145 do STF .....	309



8.1. Provocação do flagrante .....	310
8.2. Impossibilidade de consumação.....	311
8.3. Flagrante retardado .....	312
9. Arrependimento posterior .....	312

**[09]**

<b>CONCURSO DE AGENTES: AUTORIA E PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>315</b>
1. Introdução .....	315
2. Conceito e <i>iter criminis</i> .....	315
3. Requisito: adesão subjetiva ou nexó psicológico .....	316
3.1. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	318
4. Autoria e participação: distinção .....	318
4.1. Teoria unitária (ou monista) .....	320
4.2. Teoria objetivo-formal .....	321
4.3. Teoria subjetiva.....	321
4.4. A teoria do domínio do fato .....	322
4.5. A teoria do domínio do fato segundo Roxin .....	323
5. Formas de autoria .....	325
5.1. Coautoria .....	326
5.1.1. Coautoria em crimes culposos .....	326
5.2. Autoria mediata .....	328
5.3. Autoria mediata por domínio de aparato organizado de poder? .....	329
6. Participação (em sentido estrito): acessoriedade .....	331
6.1. Adoção da teoria da acessoriedade extremada da participação.....	332
7. Formas de participação: instigação e cumplicidade .....	333
8. Coautoria e participação nos crimes omissivos.....	334
9. Participação de menor importância .....	335
10. Participação dolosamente diversa (ou desvio subjetivo de conduta).....	335
11. Comunicabilidade das circunstâncias de caráter pessoal.....	336

**[10]**

<b>CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO OU EXCLUDENTES DE ILICITUDE .....</b>	<b>339</b>
1. Introdução .....	339
2. Requisito subjetivo nas causas de justificação .....	340
3. Excesso nas causas de justificação .....	341
4. Efeitos .....	342
5. Erro sobre causas de justificação.....	343
6. Causas de justificação em espécie .....	344
6.1. Legítima defesa .....	344
6.1.1. Requisitos .....	344
6.2. Estado de necessidade .....	350
6.2.1. Significado e posição sistemática.....	350
6.2.1.1. Estado de necessidade como excludente do crime.....	351

6.2.2. Requisitos .....	351
6.3. Estrito cumprimento do dever LEGAL .....	354
6.4. Exercício regular de direito .....	355
6.5. Consentimento válido do ofendido .....	356

**[11]****TEORIA DA CULPABILIDADE: CAUSAS DE EXCLUSÃO**

<b>DE CULPABILIDADE .....</b>	<b>359</b>
1. Introdução .....	359
1.1. Conceito e elementos .....	361
1.2. Neurociência e culpabilidade .....	362
1.3. Direito penal indígena .....	365
1.3.1. Jurisdição penal indígena .....	365
1.3.2. Responsabilidade penal do índio .....	368
2. Culpabilidade segundo a doutrina causalista: concepção psicológica da culpabilidade .....	370
3. Concepção normativa da culpabilidade .....	371
4. Culpabilidade segundo a doutrina finalista: concepção normativa pura .....	372
5. Culpabilidade segundo o funcionalismo: culpabilidade como limite à prevenção .....	372
6. Causas de exclusão de culpabilidade em espécie .....	376
6.1. Inimputabilidade decorrente de alienação mental .....	377
6.1.1. Significado e pressupostos .....	377
6.1.2. Efeito .....	379
6.1.3. Redução de pena no caso de imputabilidade diminuída .....	380
6.2. Menoridade penal .....	380
6.3. Coação moral irresistível (CP, art. 22) .....	381
6.4. Obediência hierárquica (CP, art. 22) .....	383
6.5. Embriaguez .....	384
6.5.1. Embriaguez involuntária .....	384
6.5.2. Embriaguez voluntária .....	385
6.6. Emoção e paixão .....	386

**[12]**

<b>CONCURSO DE CRIMES .....</b>	<b>389</b>
1. Concurso material (ou real): pluralidade de ações e crimes .....	389
2. Concurso formal (ou ideal): unidade de ação e pluralidade de crimes .....	390
3. Crime continuado: pluralidade de ações e unidade de crime .....	391
3.1. Requisitos .....	392
3.2. Estupro e atentado violento ao pudor na Lei nº 12.015/2009 .....	393
3.3. Pena .....	394
3.4. Crime continuado específico .....	395
3.4.1. Pena .....	395

### PARTE III

#### Consequências jurídico-penais

|01|

<b>CONSEQUÊNCIAS JURÍDICO-PENAIIS DO CRIME: FUNÇÕES DO DIREITO PENAL (TEORIAS DA PENA) .....</b>	<b>399</b>
1. Introdução.....	399

|02|

<b>TEORIAS LEGITIMADORAS.....</b>	<b>403</b>
1. Teorias absolutas.....	403
1.1. Crítica .....	405
2. Teorias relativas (prevenção geral e prevenção especial) ou prevencionistas ...	405
2.1. Introdução.....	405
2.2. Prevenção geral negativa.....	406
2.2.1. Crítica .....	406
2.3. Prevenção geral positiva.....	407
2.3.1. Crítica .....	408
2.4. Prevenção especial ou individual .....	410
2.4.1. Crítica .....	411
3. Teorias ecléticas (ou unitárias ou mistas) .....	412
3.1. Introdução.....	412
3.2. A teoria dialética unificadora de Claus Roxin.....	413
3.3. O garantismo de Luigi Ferrajoli .....	414

|03|

<b>TEORIAS DESLEGITIMADORAS: ABOLICIONISMO E MINIMALISMO RADICAL.....</b>	<b>419</b>
1. Introdução.....	419
1.1. O crime não existe: caráter definitorial do delito .....	419
1.2. Inidoneidade preventiva ou motivadora .....	420
1.3. Excepcionalidade da intervenção penal – as cifras ocultas da criminalidade.....	421
1.4. Igualdade formal versus desigualdade material: seletividade arbitrária do sistema penal .....	421
1.5. Caráter consequencial (sintomatológico), e não causal (etiológico), da intervenção penal.....	423
1.6. Caráter criminógeno do sistema penal.....	423
1.7. Reificação do conflito (do delito): neutralização da vítima pelo sistema penal.....	423
1.8. O sistema penal intervém sobre pessoas e não sobre situações .....	424
2. Conclusão.....	425

<b>[04]</b>	
<b>DA PENA</b> .....	429
1. Conceito, fins e limites .....	429
<b>[05]</b>	
<b>PENA DE PRISÃO</b> .....	431
1. Falência da pena de prisão? .....	431
<b>[06]</b>	
<b>INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL DA PENA</b> .....	433
1. Significado e importância .....	433
1.1. Individualização da pena e pessoa jurídica .....	434
2. Individualização e garantismo .....	435
2.1. Concurso de agentes e concurso de crimes .....	437
2.2. <i>Emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> .....	438
2.3. Sistema acusatório e <i>emendatio libelli</i> .....	438
3. Pode o juiz fixar pena abaixo do mínimo legal? .....	440
4. Erros frequentes na aplicação da pena .....	442
4.1. Modelo de sentença .....	444
<b>[07]</b>	
<b>MÉTODO DE FIXAÇÃO DA PENA</b> .....	447
1. Primeira fase: fixação da pena-base .....	448
2. Segunda fase: fixação da pena provisória .....	448
2.1. Concurso de agravantes e atenuantes .....	448
2.2. Qualificadoras e agravantes .....	449
3. Terceira fase: fixação da pena definitiva .....	450
3.1. Causas de aumento de pena e qualificadoras: distinção .....	450
3.2. Limites máximos e mínimos decorrentes das causas de aumento e diminuição .....	450
3.3. Concurso de causas de aumento e diminuição de pena: possibilidades ....	451
<b>[08]</b>	
<b>DE COMO SE PROCEDE AO CÁLCULO DA PENA</b> .....	453
<b>[09]</b>	
<b>MÉTODO PARA INCIDÊNCIA DAS CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO</b> .....	455
<b>[10]</b>	
<b>CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS EM ESPÉCIE</b> .....	457
1. Culpabilidade .....	457
2. Antecedentes do réu .....	459

3. Conduta social .....	461
4. Personalidade do réu.....	461
5. Motivos do crime .....	462
6. Circunstâncias e consequências do crime .....	462
7. Comportamento da vítima .....	463

[11]

<b>SEGUNDA FASE: FIXAÇÃO DA PENA PROVISÓRIA.....</b>	<b>465</b>
--	------------

[12]

<b>CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES EM ESPÉCIE .....</b>	<b>467</b>
1. Reincidência.....	467
2. Motivo fútil ou torpe .....	472
3. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime .....	472
4. Traição, emboscada, dissimulação ou qualquer recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido .....	473
5. Emprego de veneno, explosivo etc.....	473
6. Embriaguez preordenada .....	474
7. Ascendente, descendente, irmão ou cônjuge .....	474
8. Contra criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida .....	475
9. Abuso de poder ou violação inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão..	476
10. Ofendido sob proteção de autoridade .....	476
11. Ocasão de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido.....	477
12. Abuso de autoridade ou prevalecimento de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica.....	477
13. Agravantes em concurso de pessoas .....	478
13.1. Agente que promove, organiza a cooperação ou dirige a atividade dos demais agentes .....	478
13.2. Agente que coage ou induz outrem à execução material do crime .....	478
13.3. Agente que instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.....	479
13.4. Paga ou promessa de recompensa.....	479

[13]

<b>CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES EM ESPÉCIE .....</b>	<b>481</b>
1. Introdução.....	481
2. Idade do agente .....	481
3. Desconhecimento da lei.....	482
4. Motivo de relevante valor social ou moral.....	482

5. Evitação das consequências ou reparação do dano .....	483
6. Coação resistível, cumprimento de ordem hierárquica etc.....	483
7. Confissão espontânea .....	483
8. Influência de multidão em tumulto, se não o provocou.....	484
<b>[14]</b>	
<b>REGIMES PRISIONAIS .....</b>	<b>487</b>
1. Progressão e regressão de regime.....	487
1.1. Regime disciplinar diferenciado.....	490
2. Progressão nos crimes hediondos.....	491
3. Execução provisória da sentença.....	492
<b>[15]</b>	
<b>DETRAÇÃO .....</b>	<b>495</b>
1. Conceito e cabimento .....	495
2. Conexão processual .....	496
<b>[16]</b>	
<b>DIREITOS E DEVERES DO CONDENADO .....</b>	<b>499</b>
<b>[17]</b>	
<b>REMIÇÃO .....</b>	<b>503</b>
<b>[18]</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO DA PENA DE PRISÃO .....</b>	<b>505</b>
1. Significado e justificação.....	505
2. Alcance .....	506
3. Superveniência de nova condenação .....	507
<b>[19]</b>	
<b>PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS .....</b>	<b>509</b>
1. Introdução.....	509
2. Requisitos para a substituição .....	510
2.1. Vedação de pena restritiva de direito na nova Lei de Drogas .....	513
3. Conversão em pena privativa da liberdade.....	515
4. Penas restritivas de direito em espécie .....	516
4.1. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	516
4.2. Interdição temporária de direitos .....	517
4.3. Limitação de final de semana.....	520
4.4. Perda de bens e valores.....	520
4.5. Prestação pecuniária.....	521
4.5.1. Substituição por prestação de outra natureza .....	522
4.6. Multa substitutiva .....	522

[20]

<b>PENA DE MULTA</b> .....	523
1. Significado e crítica .....	523
2. Individualização da pena: limites máximo e mínimo .....	524
3. Pagamento e execução da multa .....	525

[21]

<b>MEDIDAS DE SEGURANÇA</b> .....	527
1. Conceito e pressupostos.....	527
1.1. A Lei de Reforma Psiquiátrica ou Lei Antimanicomial.....	530
2. Finalidade .....	532
3. Prazos máximo e mínimo.....	532
4. Penas e medidas de segurança se distinguem realmente? .....	534
4.1. Natureza jurídica da sentença.....	537
5. Espécies .....	537
5.1. Conversão regressiva e progressiva.....	538
6. Extinção .....	539

[22]

<b>SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA – SURSIS</b> .....	541
---	-----

[23]

<b>LIVRAMENTO CONDICIONAL</b> .....	545
1. Conceito e requisitos.....	545
1.1. Pena igual ou superior a dois anos .....	546
1.2. Cumprimento de parte da pena .....	546
1.3. Reincidência específica em crime hediondo .....	547
1.4. Reparação do dano .....	548
1.5. Presunção de não reincidência .....	548
1.6. Comportamento satisfatório etc. ....	549
2. Revogação do livramento .....	549
2.1. Revogação obrigatória.....	549
2.2. Revogação facultativa.....	549
2.3. Efeitos da revogação.....	550
3. Extinção da pena .....	551

[24]

<b>DA AÇÃO PENAL</b> .....	553
1. Conceito e legitimidade de agir.....	553
1.1. Ação penal no atual crime de estupro qualificado .....	554
2. Ação penal pública.....	555
2.1. Princípios que a regem .....	556
2.2. Irretratabilidade da representação.....	556

3. Ação penal privada .....	557
3.1. Renúncia do ofendido .....	557
3.2. Perdão do ofendido .....	558
4. Ação penal privada subsidiária .....	558
5. Decadência do direito de queixa e de representação .....	558

## [25]

<b>CAUSAS DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE .....</b>	<b>561</b>
1. Introdução .....	561
2. Causas de extinção em espécie .....	563
2.1. Morte do agente .....	563
2.2. Anistia, graça e indulto .....	564
2.3. Perempção .....	565
2.4. Retratação .....	565
2.5. Perdão judicial .....	566
2.6. <i>Abolitio criminis</i> e outras .....	566
2.7. Prescrição .....	567
2.7.1. Conceito e fundamento .....	567
2.7.2. Espécies de prescrição .....	569
2.7.3. Prazos .....	570
2.7.3.1. Prescrição da Medida de Segurança .....	571
2.7.4. Causas de aumento e de diminuição de pena .....	572
2.7.5. Reincidência .....	573
2.7.6. Concurso de crimes .....	573
2.7.7. Prescrição (ordinária) da pretensão punitiva .....	573
2.7.8. Prescrição (extraordinária) retroativa e superveniente .....	574
2.7.9. Prescrição retroativa antecipada .....	575
2.7.10. Termo inicial da prescrição .....	576
2.7.11. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva .....	576
2.7.12. Termo inicial da prescrição da pretensão executória .....	577
2.7.13. Causas impeditivas ou suspensivas da prescrição .....	580
2.7.14. Causas interruptivas da prescrição .....	580

## [26]

<b>DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....</b>	<b>587</b>
1. Significado .....	587
2. Efeitos genéricos .....	587
2.1. Dever de indenizar .....	587
2.2. Confisco em favor da União dos instrumentos e produtos do crime .....	588
3. Efeitos específicos .....	590
3.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo .....	590
3.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela .....	590



## SUMÁRIO

3.3. Inabilitação para dirigir veículo .....	591
[27] <b>REABILITAÇÃO</b> .....	593
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	595